

## **Desigualdades de Gênero em Guaribas-PI e o Aparecer da Mulher Sertaneja no Facebook<sup>1</sup>**

Tamires Ferreira COELHO<sup>2</sup>  
Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, MG

### **Resumo**

Partimos de uma pesquisa que busca analisar as possibilidades e dificuldades de construção da autonomia e da subjetivação política de sertanejas piauienses, a partir da exposição e das narrativas construídas no *Facebook*, mais especificamente as que residem em Guaribas-PI. Falar das sertanejas é também falar de desigualdades que caracterizam nosso país e que se relacionam ao momento que nossa democracia atravessa. A partir de uma combinação metodológica que envolve netnografia, teoria fundamentada e observação participante, pudemos constatar que as imagens de mulheres sertanejas, sejam elas encarnadas em relatos ou fotografias propagadas pelo Facebook, podem criar, na oportunidade de aparecerem diante do outro sem as mediações de meios hegemônicos, formas interessantes de exposição e enunciação, mas também podem promover distanciamento e incompreensão.

**Palavras-chave:** Mulheres; Sertão; Piauí; Facebook; Autonomia.

### **Introdução**

Este artigo parte de uma investigação que busca conhecer e analisar as possibilidades e dificuldades de construção da autonomia e da subjetivação política, a partir da exposição e das narrativas construídas por sertanejas piauienses na rede social Facebook, mais especificamente as que residem na região do município de Guaribas-PI. Essa cidade foi escolhida após nossa primeira experiência em campo: ao mesmo tempo em que é “conhecida” por ter sido piloto do Programa Fome Zero, é desconhecida e pouco abordada em termos de relações de gênero e de tecnologias digitais recém chegadas, apresentando um contexto diferente (com tradições patriarcais acentuadas e peculiares) do que encontramos em outras cidades piauienses com as quais já tínhamos contato prévio.

Além da importância de pesquisar uma região com carências comunicacionais, destacamos nosso interesse em conhecer a natureza dessa apropriação e exposição com vistas a perceber se (e como) instauram oportunidades para que essas mulheres se constituam como

---

<sup>1</sup> Trabalho apresentado no GP Comunicação para a Cidadania do XVI Encontro dos Grupos de Pesquisa em Comunicação, evento componente do XXXIX Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação.

<sup>2</sup> Doutoranda em Comunicação Social na UFMG com bolsa da CAPES; Estágio Doutoral na Université Paris-Sorbonne/CELSA junto ao GRIPIC com bolsa da CAPES; Mestre em Ciências da Comunicação pela UNISINOS; Graduada em Comunicação Social/Jornalismo pela UFPI com sanduíche na UMinho (Portugal); Membro dos grupos de pesquisa Processocom, GRIS, Margem e da Red AmLat; email: tamiresfoelho@gmail.com.

sujeitos de palavra na ordem do discurso e do registro do visível e, além disso, possam criar enunciados e modos de enunciação próprios, que revelam um agir autônomo e um processo de subjetivação pautado pelo trabalho criativo com a linguagem, a imagem e a narrativa.

Moura e Mantovani (2005) explicam que “a intensificação do uso do telefone celular foi acompanhada por uma forte campanha (quase mesmo uma imposição) em torno da necessidade de os sujeitos estarem conectados, sempre aptos a ingressar em processos de interações instantâneas”, de forma que os telefones celulares assumiram o papel antes relegado aos computadores, sobretudo após a privatização das empresas de telecomunicação no Brasil na década de 1990, agregando às interações elementos como “a portabilidade, a conectividade e a multifuncionalidade” e impactando as relações sociais (MOURA; MANTOVANI, 2005). No entanto, o acesso à tecnologia não se dá de maneira uniforme. Se pensarmos que as possibilidades de acesso à rede são ainda mais dificultadas em regiões distantes das capitais e de grandes centros, o Sertão piauiense – região com alguns dos mais baixos índices de desenvolvimento humano do Nordeste e do Brasil – é uma das regiões menos privilegiadas em termos comunicacionais: não somente o acesso à internet é precário, mas também o acesso à telefonia móvel e a alguns canais de TV, inclusive de afiliadas do próprio estado.

As mulheres empobrecidas<sup>3</sup>, em sua grande maioria, são invisíveis, têm sua palavra e seus corpos desvalorizados, encontrando inúmeros obstáculos para a conquista da cidadania e do reconhecimento social (SOUZA, 2006; MARQUES, 2007), seja por sua condição estigmatizada de empobrecimento, seja também por uma questão de desigualdade e de assimetrias de gênero.

É interessante mencionar que, apesar dos estereótipos e do preconceito que existem em torno da figura das mulheres sertanejas – ligados a uma ideia de que elas se conformam ao assistencialismo governamental e às tradições machistas culturalmente impostas<sup>4</sup> –, existe um forte potencial na cultura sertaneja de empreender, resistir e inovar. Prova disso são as alternativas desenvolvidas por algumas delas para driblar as dificuldades de acesso comunicacional, como o uso dos celulares em residências ainda sem energia elétrica, dependendo de deslocamento para recarregar as baterias dos aparelhos telefônicos.

---

<sup>3</sup> Termo que evidencia uma circunstância, em vez de lugar fixo, conforme destaca Fortes (2015, p. 10).

<sup>4</sup> “As beneficiárias do PBF sofrem diariamente preconceitos, que colocando em xeque a moralidade de cada uma. Vivem sob olhares que as julgam e incriminam pela pobreza vivenciada” (VIEIRA, 2015, p. 39).

Acreditamos que essas, dentre outras táticas<sup>5</sup>, podem sinalizar para ações políticas criativas, diante das adversidades que a população sertaneja enfrenta diariamente na região em que vive.

Gerar e compartilhar conhecimentos relacionados às sertanejas e ao cenário comunicacional do Sertão do Piauí é também uma opção política, no sentido de descentralizar a discussão que ainda se concentra no Sudeste brasileiro, trazendo temáticas e fenômenos pouco explorados por pesquisadores no campo comunicacional. Há possibilidade de analisar o estar e o ser na rede, considerando quais dimensões de autonomia e subjetivação são articuladas e acionadas, recuperando (e ressignificando) o conceito de autonomia na literatura feminista (MIGUEL; BIROLI, 2014; REGO; PINZANI, 2013; FRAISSE, 2016) com uma combinação metodológica específica para nosso objeto.

### Questões Contextuais

O desenvolvimento de diversas políticas públicas no Brasil nos últimos 14 anos, desde o principal programa de transferência de renda implementado pelo governo Lula (Bolsa Família) até o acesso a serviços básicos (energia elétrica e água potável, por exemplo) e bens de consumo essenciais (meios de comunicação), tem transformado cenários e realidades no país. Não há como descolar o crescimento do acesso à informação e à educação (ainda que com inúmeros problemas) do desenvolvimento de possibilidades de autonomia e conquista de direitos.

Mesmo sem acesso pleno à internet, em uma região na qual a maioria das residências ainda não conta com um computador conectado à rede, as *lan houses*, telecentros e outros estabelecimentos públicos são alternativas cada vez menos utilizadas após a disponibilidade do sinal (ainda que precário) de telefonia móvel. A adesão da população sertaneja às redes sociais virtuais também tem crescido e, apesar de o Facebook já existir desde 2004, o crescente uso dessa plataforma em pequenas cidades do Sertão piauiense ainda pode ser considerado um fenômeno recente, potencializado com a chegada dos celulares e *smartphones*. Em 2014, quando iniciamos esta pesquisa, ainda havia mais aparelhos televisivos que computadores e havia sertanejas que sequer tinham energia elétrica em casa,

---

<sup>5</sup> “Essas ‘maneiras de fazer’ constituem as mil práticas pelas quais usuários se reapropriam do espaço organizado pelas técnicas da produção sócio-cultural” (CERTEAU, 1998, p. 41).

mas a chegada dos aparelhos celulares tinha modificado o cenário comunicacional de muitas piauienses.

Essa chegada de diversos meios de comunicação simultaneamente altera não apenas as formas e expectativas de uso, de consumo, mas, com as tecnologias digitais, emergem possibilidades de criação de modos de ser e dizer, possibilidades de registro e inserção de si e de uma existência em espaços discursivos outros que não aqueles da rotina. Além disso, está associada a peculiaridades do cotidiano e da região em que vivem as mulheres que escolhemos conhecer durante esta pesquisa.

### **Desigualdades Sociais e de Gênero em Guaribas-PI**

Guaribas não é uma cidade grande, nem é de fácil acesso. Com cerca de 4.500 habitantes, está situada a cerca de 650km de Teresina, se localiza na região da Serra das Confusões e foi emancipada do município vizinho (Caracol-PI) há cerca de vinte anos (IBGE, 2016). Quem apenas lê matérias jornalísticas e acompanha estatísticas sobre Guaribas não consegue ter dimensão, ainda que superficial, das desigualdades que existiram e continuam existindo nessa cidade. De acordo com o IBGE (2016), Guaribas, cuja atividade econômica principal é a agricultura familiar, ainda figura entre as cidades de menor Índice de Desenvolvimento Humano Municipal do Piauí e do Brasil, embora esse mesmo índice tenha duplicado em apenas dez anos, o que foi resultado de melhorias e investimentos em saúde, educação e distribuição de renda, sobretudo a partir do programa Fome Zero e, posteriormente, do Bolsa Família.

Em Guaribas, as mulheres conhecem bem as dificuldades de acesso a água, pois por muito tempo carregaram (muitas ainda carregam) o peso da responsabilidade e das latas de água na cabeça, trazidas com muito custo de locais de difícil acesso na Serra das Confusões. Essa tarefa, essencialmente feminina, figura dentre as mais difíceis e exigentes nas palavras de muitas delas. Apesar de o município hoje já contar com uma adutora de água e com vários serviços essenciais, algumas comunidades mais afastadas da sede do município ainda sofrem com a falta de acesso a água e energia elétrica, por exemplo. São famílias em casas de taipa, com uma renda mínima e muito pouca atenção dos governos municipal, estadual e federal.

As mulheres figuram como grande maioria das pessoas beneficiadas pelos programas de combate à pobreza do governo federal, principalmente pelo Bolsa Família, o que pode

impulsionar sua autonomia financeira, no entanto isso não impede que muitas opressões se perpetuem na relação com os homens de seu lar e de suas comunidades. Não é raro escutar relatos de maridos que “administram” os benefícios recebidos por suas companheiras, limitando o acesso ao dinheiro que elas recebem e usufruindo individualmente da quantia que deveria ser voltada para despesas familiares. Isso quando muitos não fogem da cidade para formar outra família, geralmente fruto de relações extraconjugais, e tomam para si o benefício que deveria ser das mulheres abandonadas. Assim, em que medida seriam esses auxílios financeiros uma “libertação do controle masculino familiar” (REGO; PINZANI, 2013)?

Por outro lado, se as opressões do cotidiano são por vezes difíceis de serem rotuladas e reconhecidas como tal, também são invisibilizados e pouco mencionados muitos esforços de autonomia e de libertação das regras patriarcais. Algumas mulheres que administram o benefício que chega em seus nomes também veem nessa pequena renda um estímulo à separação de maridos agressores e que muitas vezes não contribuem para a renda da casa nem para o sustento da família. Segundo Capai (2013), “em 2003, quando chegou o Fome Zero, foram solicitados 993 divórcios no Piauí. Em 2011 o número saltou para 1.689 casos. Dos casos não consensuais, 134 foram requeridos por mulheres em 2003; em 2011 esse número saltou para 413 – um aumento de 308%”. Quando extrapolamos os números estatísticos e conversamos com mulheres na região percebemos que o número de separações não oficiais chega a ser ainda maior, embora haja inúmeras pressões sociais (familiares, religiosas etc.) contra a dissolução de casamentos (mesmo quando a separação é motivada por violência doméstica) e as mulheres separadas sejam vistas de maneira bastante preconceituosa.

As mulheres em Guaribas carregam uma enorme cruz, cujo peso é constituído de normas patriarcais e extremamente misóginas: “na pequena Guaribas, a mulher ficar presa em casa em dias de festa, o alcoolismo e a infidelidade masculina são histórias contadas com naturalidade” (CAPAI, 2013). É perceptível também que, enquanto muitas mulheres se desdobram em duas ou três jornadas de trabalho (plantando na roça, cuidando da casa e dos filhos e, às vezes, trabalhando em algum outro setor), há muitos maridos dependentes químicos, sobretudo alcoólatras, ou viciados em jogos de azar que não ajudam na jornada de trabalho e agridem esposa e filhos.

As instituições e os discursos religiosos<sup>6</sup> de matriz cristã ocidental, predominantes na região, também ajudam na manutenção das desigualdades e das opressões, seja porque as dificuldades e violências são vistas como “cruzes” redentoras dos pecados de cada uma, seja porque os dias melhores são relegados aos “braços de Deus”. Além disso, as igrejas evangélicas e católica contribuem para legitimar o casamento e o papel maternal como prioritários na vida das mulheres jovens.

Uma outra característica marcante da região de Guaribas e que ajuda a perpetuar toda essa cultura opressora é uma prática bastante antiga e que sobrevive em poucos lugares: o “casamento roubado” de crianças e adolescentes. Essa “modalidade de casamento” difere do que é chamado de “casamento pedido” por não haver consenso familiar e por ser, de fato, uma prática enquadrada no Código Penal brasileiro como “estupro de vulnerável”. Práticas como essa ajudam a manter a dominação social masculina e a cercear os direitos das mulheres desde muito jovens, além de estigmatizar as que alcançam a maioria solteiras, ficando conhecidas como “velhas para casar”.

Em uma região já esquecida por boa parte das instituições, os cargos de autoridade são ocupados por homens, que não só não veem problemas na perpetuação dessas desigualdades, como alegam ser algo “cultural” da região, logo, que não deve ser modificado. E isso faz bastante sentido na lógica de dominação do patriarcado.

Essas práticas e opressões se refletem em índices de evasão escolar que o Bolsa Família tem conseguido reduzir<sup>7</sup>. Com a obrigatoriedade da frequência de crianças e adolescentes na escola para manutenção do benefício, muitas meninas têm tido maior acesso à informação e à educação formal (IBGE, 2016). Isso, associado a práticas de resistência das mulheres na comunidade (como a recuperação de filhas roubadas por algumas mães a contragosto dos pais), garante que muitas meninas terminem o ensino médio e consigam vislumbrar outras possibilidades de futuro para além do casamento.

---

<sup>6</sup> Fraisse (2016, p. 66) lembra que nenhum dos três monoteísmos pensam ou afirmam a igualdade dos sexos, ajudando a propagar e legitimar a dominação masculina. Alami M'Chichi (2002) ressalta que o discurso emancipador feminino continua limitado diante da influência religiosa (p. 68-69).

<sup>7</sup> Em Guaribas há um alto índice de beneficiários do Bolsa Família. Para recebê-lo, a família beneficiada deve manter as crianças e adolescentes na escola. De 2000 a 2010, segundo o IBGE, os índices de abandono escolar precoce e de analfabetismo de mulheres em Guaribas caiu consideravelmente: a taxa de abandono escolar precoce das mulheres entre 18 a 24 anos caiu de 67,6% para 37,7%; a taxa de analfabetismo das mulheres de 15 anos ou mais caiu de 63,7% para 38,1% (IBGE, 2016). Disponível em: <<http://cidades.ibge.gov.br/xtras/temas.php?lang=&codmun=220455&idtema=132&search=piaui|guaribas|sistema-na-cional-de-informacao-de-genero-uma-analise-dos-resultados-do-censo-demografico-2010>>. Acesso em: mai. 2016.

A invisibilidade social está muito mais ligada à sua não consideração como interlocutoras e como agentes políticas paritárias. A dominação ideológica masculina e a naturalização da opressão dificulta que as mulheres alcancem uma representação de sua própria situação, ou seja, de transformar o vivido em experiência e, muitas vezes em nomear essa experiência como injusta. Sob esse aspecto, uma das dimensões da autonomia reside na tentativa de elaboração, pelas mulheres, de uma palavra que exprima sua própria experiência vivida de sofrimento, de um quadro de enunciação de injustiças que as torne visíveis. Tornar-se visível é poder falar (expressar-se e ser ouvido em uma enunciação) e tornar-se visível é poder responder à interpelação do(s) parceiro(s) de fala, tornando-se interlocutor. Sob esse segundo aspecto, Honneth (2005) não associa a invisibilidade a uma ausência física, mas sim a uma inexistência social e comunicacional. A visibilidade se concretiza quando um indivíduo sabe que foi considerado por seus parceiros na interação, através de reações claras que revelam que a outra pessoa mostra que ela o percebe. Falar sobre não é o mesmo que falar com.

Assim, considerando um contexto de desigualdades e assimetrias no qual as mulheres têm mais acesso à informação, à educação e estão conquistando uma maior independência, inclusive financeira, instiga-nos pensar como a configuração do Facebook como espaço de criação de novos enunciados e de enunciação pode nos sinalizar para uma busca de autonomia e de resistência contra a cultura sexista que ainda prevalece no Sertão, revelando também marcas de sua subjetivação<sup>8</sup>. A subjetivação política relaciona-se à constituição de um indivíduo como sujeito de palavra, e não só de voz. Falar com os outros e diante deles é ter sua palavra ouvida e considerada, entrar no circuito de diálogo e justificação recíprocas, configurando um modo de “aparecer” na cena pública.

### **Desenhos da Pesquisa Piloto**

Em junho de 2014 ouvimos e interagimos presencialmente com 77 mulheres e adolescentes em cidades piauienses de diferentes portes, na região formada pelos municípios de Acauã, Conceição do Canindé, Guaribas, Lagoa do Barro, Paulistana, Queimada Nova,

---

<sup>8</sup> Assim, acreditamos que essa subjetivação está relacionada à presença dessas mulheres em redes sociais como o *Facebook*, às suas falas, bem como às imagens, caracterizadoras do que é feminino, que as atravessam, inclusive em produções fotográficas, como *selfies*.

São Raimundo Nonato e Simplício Mendes<sup>9</sup>. Posteriormente decidimos delimitar a pesquisa a Guaribas, para onde retornaríamos em abril de 2015 e faríamos entrevistas mais profundas e longas que as anteriores.

Tivemos o cuidado de configurar um questionário (acompanhado de termo de assentimento) que nos auxiliou a limitar as narrativas, a fim de extrair das entrevistas dados importantes para nossa pesquisa, focando nas apropriações da rede social e na busca por práticas que envolvam posicionamentos, formas de expressão, de criação de enunciados e ideais de autorrealização expressos por essas piauienses (as duas dimensões centrais de busca da tese: uma são os usos, a outra a emergência/aparecer político das mulheres online). Assim, buscamos entender como o *Facebook* poderia ajudar (ou não) na configuração dos processos de construção da autonomia e subjetivação das mulheres pesquisadas ao dar a ver modos como constroem uma forma criativa de ser no mundo e de organizar suas experiências e modos de enunciação.

Após as entrevistas feitas nessa pesquisa piloto, através da observação participante, mantivemos contato com as mulheres pesquisadas, já que as adicionamos no perfil do *Facebook* da pesquisadora e interagimos com elas, observando de maneira mais próxima os conteúdos postados e compartilhados nessa rede social, bem como as interações entre essas mulheres e seus contatos<sup>10</sup>. Assim, utilizamos o aporte netnográfico para nos guiar na análise do aparecer das sertanejas no Facebook a partir do acesso virtual a seus perfis, e, a partir da observação participante, tentamos compreender como isso pode estar relacionado ao contexto presencial das mulheres sertanejas (com o qual tivemos contato durante as entrevistas), às suas relações fora da rede, não desconectadas de suas práticas online. Já a teoria fundamentada nos auxilia a partir da possibilidade de mobilização de teorias a partir de nossa observação empírica.

Consideramos a esfera de aparição ao construírem e enunciarem as “vidas precárias” (BUTLER, 2015; 2004), ou “a condição de estar condicionado, na qual a vida de alguém está

---

<sup>9</sup> Essas foram as cidades que estiveram no trecho que nos propusemos a percorrer e nas quais foi possível parar e encontrar mulheres dispostas a conversar, durante o caminho já mencionado (entre Paulistana e Guaribas). Inicialmente não escolhemos muitos critérios: seriam mulheres ou adolescentes que utilizassem o Facebook com frequência e que residissem nessa região.

<sup>10</sup> Essa aproximação, através da adição dos perfis dessas mulheres à nossa rede de contatos no *Facebook* mostra-se essencial. Sem esse recurso, é provável que seja impossível observar e rastrear boa parte de suas interações na rede social, já que só teríamos acesso ao que é postado como “público”. No momento em que podemos interagir diretamente com elas, tudo o que for postado ou compartilhado com visibilidade para amigos e/ou conhecidos está disponível à nossa pesquisa.



sempre, de alguma forma, nas mãos do outro” (2015, p. 33), relacionada à construção de narrativas de si e sua relação com a autonomia e a subjetivação. Estamos conscientes de que nossos enquadramentos, enquanto construtores de conhecimento científico, são também operações de poder e delimitam a esfera de aparição dessas mulheres (BUTLER, 2015).

### **As Sertanejas de Guaribas no Facebook**

Falar das sertanejas é também falar de desigualdades e da concentração de riqueza que caracterizam nosso país, reproduzindo uma “pobreza historicamente construída” que se vincula a novas condições de vulnerabilidade, implicando limites à autodeterminação dos indivíduos como sujeitos e à sua participação política (CUNHA, 2004). Associado a isso, o fato de termos uma democracia jovem incide também sobre características da liberdade de expressão que encontramos no Brasil. Se o período ditatorial limitou drasticamente os espaços de expressão e de fala dos brasileiros (algo que tem consequências até os dias atuais), no caso das mulheres isso é ainda mais complexo. As tradições patriarcais e conservadoras ainda vigentes em nossa sociedade valorizam nas mulheres características como a reclusão, a obediência e a ausência de posicionamentos e argumentos. Esse conservadorismo machista, associado ao pouco ou nenhum estímulo à liberdade de expressão (resquícios de estruturas conformadas no sistema ditatorial) resulta na formação (tanto na educação formal quanto na informal) de mulheres que não se sentem seguras para falar, defender, explicar o que pensam.

Sabemos que mesmo em países como a França, onde o desenvolvimento da democracia é bastante antigo e mais sólido, as questões de gênero são pautas importantes: existem desigualdades sociais entre homens e mulheres, violência doméstica e predominância de homens em espaços políticos, evidenciando limites democráticos (FRAISSE, 2016; FASSIN, 2016<sup>11</sup>). Mesmo com essas assimetrias, a formação das mulheres conta com um estímulo à expressão e à criticidade, além de existirem múltiplos espaços de fomento à discussão. Assim, na França, os espaços configurados em redes sociais não se apresentam como no Brasil, pois lá conta-se com uma oferta maior de espaços presenciais propensos ao debate político. No caso brasileiro, a ausência de muitos desses espaços faz com que os usos

---

<sup>11</sup> Aula com Eric Fassin em 12 de fevereiro de 2016, no seminário “Le / la biopolitique : sens, usages, limites ou contestations du terme dans le champ de la réflexion sur le genre et les sexualités”, na Université Paris 8, Saint-Denis, França.

das redes sociais possam ser apropriados para o debate e a expressão de questões que não são discutidas presencialmente. Dessa forma, observamos que as mesmas redes em que enxergamos um potencial político de discussão são, na França, vistas por alguns pesquisadores como espaços de expressão do ego e da exaltação de uma sociedade vaidosa e individualista (ESCANDE-GAUQUIÉ, 2015). Aqui, as redes sociais têm se mostrado como espaços importantes de expressão de si, levando em conta que o processo de subjetivação dos sujeitos passa por experiências de argumentação, dramatização (LAZZARATO, 2014) e resistência. Assim, estamos muito mais próximos de uma perspectiva que focaliza o potencial de expressão das redes sociais em seu entrelaçamento com aspectos da subjetivação, como em Gunthert (2015), que explica que o termo “selfie” corresponde a um processo de identificação tardia de um grupo de práticas foto ou videorreflexivas, ligadas a uma estética da subjetividade, à autonomia e à agência.

O acesso à palavra pública por parte das mulheres não é um problema contemporâneo, mas é fruto de uma série de silêncios historicamente impostos (PERROT, 2005) que ainda têm resquícios sobre o complexo lugar de fala das mulheres nas sociedades atuais. É preciso pontuar que os processos de resistência não são inaugurados com o Facebook. Prova disso são as mulheres que não têm acesso à rede, mas que adotam posturas resistentes em seu cotidiano, seja no combate à violência dos maridos, seja posicionando-se contra regras e pressupostos sociais opressores. Assim, esses processos já existentes podem ganhar novos desenhos, contornos e visibilidades com o acesso à internet.

Um exemplo de resistência fora das redes é Marina<sup>12</sup> (34 anos), que, mesmo sem ter concluído o ensino fundamental e sem acesso à internet, se expressa e identifica com alguma facilidade muitas injustiças contra as mulheres na região. Ela é uma das mulheres que já saíram de casa após maus os tratos do marido, que não entendia suas limitações e problemas de saúde e, que já não a agride mais. Ela também se destaca por ter resgatado a filha mais velha, após oito meses de “casamento roubado”:

“Ela foi roubada. Aí não tava dando certo e eu fui e tomei. Eu tomei por telefone. Botei o motoqueiro pra ir e ela dizendo que não vinha. Eu disse que ela vinha e se ela não fosse eu ia buscar. E se ela não quisesse vim, eu tinha mais gosto de deixar ela na cadeia, mas não tinha gosto de deixar ela lá com este homem. Aí ela veio chorando. E eu disse: 'Eu não vou desligar o celular enquanto tu não sair daí [Cristino Castro-PI]. Enquanto tu não

---

<sup>12</sup> Nome fictício.

sair de dentro da cidade, eu não desligo o celular. Tu vai ter que vim'. Ela tinha 16 anos. Aí ela veio e graças a Deus não voltou mais não. E ela disse que não quer homem agora não. Eu disse: 'Se algum dia você sentir mal com a mãe, pode dizer. Se apavorar com seu casamento... porque fui eu que tomei. E não me arrependo não'. [O homem] Pega, leva, aí lá fica com outras. Até o absorvente dela era eu que mandava daqui. Ele não dava nada. Às vezes, as coisas de comida, né? Eu sabia que ele tinha namoradinho lá e ele levava pra dentro de casa. Eu disse 'Minha fia, a gente não tá aqui pra viver com homem com duas mulheres, nem ele sendo rico, imagina sendo pobre, pior do que a gente'. De vez em quando ela me agradece. Chorou muito, mas hoje me agradece" (MARINA, 22/04/15).

Quando têm acesso à internet, as mulheres se conectam, essencialmente, pelo celular ou por computadores em locais de acesso público (Espaço Sociocultural do Instituto Nordeste Cidadania e do Banco do Nordeste em Guaribas ou *lan houses*), onde as máquinas mais velozes são mais disputadas, mas também pode ser feito em dispositivos de amigas e familiares. A cidade tem um telecentro que não funciona, o que limita as opções de quem acessa a rede em espaços públicos.

Toda guaribense conhece alguma mulher que não usa ou que usa mas não tem “permissão” de uso da rede social por proibição do marido. Muitos homens casados usam o Facebook e não permitem que suas mulheres acessem a rede: grande parte deles inclusive nem se identifica na rede como casado.

No entanto, os relatos que ouvimos também falam de sonhos, que são por vezes estimulados pelo contato com outras pessoas na internet, seja para fomentar um fluxo migratório ainda existente - o sonho da cidade grande, de mudar-se para grandes metrópoles como São Paulo ou Brasília -, seja para sair à procura de alternativas de relacionamento afetivo, seja para viajar, estudar, conhecer lugares e pessoas diferentes.

Muitas postagens e/ou interações que exploram elementos dramáticos ou experiências pessoais trazem consigo argumentos (ainda que implícitos) que dizem muito dessas mulheres, sejam essas situações de alegria, de descontentamento, de revolta. No campo afetivo, Fábria<sup>13</sup> (33 anos) afirma que ser mulher já é difícil, pelas cobranças sociais e pelos desrespeitos. “Num pé onde não tem um esposo, todo mundo quer botar a mão. Ser mulher é complicado. Ser mulher não é nada fácil. Tudo tem que ser mulher, em todo meio das coisas tem que ter mulher por o meio A mulher é isso, é aquilo. Pra mim, a palavra 'mulher' já é difícil” (FÁBRIA, 23/04/15). Assim, isso se relaciona ao compartilhamento de mensagens sobre “estar sozinha

---

<sup>13</sup> Nome fictício.

ser melhor do que estar mal acompanhada”, tanto em críticas à falência dos casamentos, nos termos em que as famílias de Guaribas tentam mantê-los, baseados em estruturas de profunda desigualdade e opressão, quanto de forma a afirmar-se enquanto pessoa que merece respeito, sendo mulher separada.

A exposição do que pensam leva em conta sua realidade, as possibilidades que enxergam para o contexto no qual vivem (pautadas também no que absorvem no contato com outras pessoas, digital ou presencialmente), mas também a certeza de que estão sendo vigiadas (se não tão claramente pelos dispositivos digitais, certamente por aqueles que as cercam presencialmente). Chamou-nos atenção especialmente uma postagem de Fábia em julho de 2014, quando ela compartilhou fotos de uma publicação da página da prefeitura de Guaribas e teceu críticas ao conteúdo promocional do governo municipal, que falava sobre o “tão sonhado calçamento do povoado brejão Guaribas PI. Esta obra era aguardada há muito tempo pelos moradores que agradeceram ao prefeito Claudine Matias por ter atendido a solicitação e ter realizado a obra que os moradores há anos tanto desejavam”. Fábia por sua vez escreveu que “Enquanto ele faz no brejão esquece da Guaribas o ex prefeito Ercilo começou a praça da rua sao joao e o atual prefeito n terminou a agua na cidade e so 1 vez na semana.” (FÁBIA, postagem em 26/07/14), chamando atenção para o término de obras apenas na comunidade mais desenvolvida da cidade (Brejão), onde muitos políticos residem, e cobrando a finalização de obras na sede da cidade, onde ela vive, bem como a regularização do precário abastecimento de água.

Assim, ao analisar o "aparecer" das sertanejas conectadas no Facebook, abordamos imagens e discursos, bem como enunciados na construção da autonomia como importante dimensão da subjetivação política dessas mulheres. A autonomia seria a capacidade de essas mulheres decidirem por si sobre o que é melhor para elas, a partir de uma condição de agência, tendo em vista o benefício de direitos que por vezes podem lhes ser negados, seja por conta do estigma que envolve a condição de pobreza, ou por conta de uma desvalorização de gênero que prevalece na região em que vivem. Esse aspecto leva em conta também o enfrentamento de carências estruturais e materiais (MARQUES, 2007) que caracterizam seu contexto de vida. A questão da subjetivação, interligada à da autonomia, também diz respeito

aos agenciamentos, gestos políticos e posturas questionadoras, resistentes ou de insatisfação com relação a injustiças descritas nas palavras dessas sertanejas<sup>14</sup>.

### **Algumas Considerações**

As imagens de mulheres sertanejas, sejam elas encarnadas em relatos ou fotografias propagadas pelo Facebook, podem criar, na oportunidade de aparecerem diante do outro sem as mediações de meios hegemônicos, formas interessantes de exposição e enunciação, mas também promovem distanciamento e incompreensão. Um olhar mais superficial pode questionar, inclusive, o que há de valioso na postagem de fotos no Facebook, de selfies que poderiam ser de qualquer pessoa, em qualquer lugar. Ocorre que, o que poderia ser natural para qualquer indivíduo que tenha acesso a meios de comunicação há décadas – que tenha acompanhado o processo de adesão a diferentes tecnologias e de acesso à telefonia móvel, após uma anterior popularização da telefonia fixa, da televisão, do rádio etc. – ganha um caráter diferente à medida em que o acesso à energia elétrica de muitas sertanejas observadas nessa pesquisa é recente, e que a forma de apropriação de diversos meios (que chegam simultaneamente) também se diferencia. Em um contexto presencial no qual há muito pouco espaço de expressão e no qual as mulheres não são estimuladas a argumentar, mas a obedecer, ganhar exposição e visibilidade a partir de fotografias compartilhadas na rede, ganhar existência digital e poder interagir com diversas pessoas parece fascinante, ainda que todo esse processo seja permeado por vigilâncias e limites (em termos de arquitetura da rede social e de competências de uso das tecnologias). Não se trata aqui somente de corroborar o que alguns pesquisadores do tema da democracia digital (STROMER-GALLEY, 2002; SHIRAZI, 2012) vêm argumentando acerca do aumento da participação de mulheres em espaços de conversação e ativismo online. Sabemos que múltiplas vozes femininas têm se imposto em redes de esferas públicas digitais, mas, ainda assim, estruturas institucionais marcadas pela assimetria e pela injustiça dificultam a transformação dessas vozes em falas ou enunciados passíveis de serem considerados em uma situação paritária de interlocução.

Consideramos que o aparecer por meio de autorretratos, potencializado e modificado a partir de redes como o Facebook, parte de uma diluição entre o público e o privado e nem

---

<sup>14</sup> As experiências dessas mulheres, integradas aos seus pontos de vista, podem, ainda que com dificuldade, levar a uma redefinição do político, como aponta Alami M'Chichi sobre as feministas no Marrocos (2002, p. 124).

sempre aborda discussões de assuntos de interesse público (MARTINO, 2015). Assim, são evidenciados posicionamentos, olhares, mas também sentimentos e emoções por vezes não considerados ou valorizados em relações presenciais. “[...] se não podemos fazer política efetiva apenas com sentimentos, tampouco podemos fazer boa política desqualificando nossas emoções, isto é, as emoções de toda e qualquer pessoa, as emoções de todos *em qualquer um*” (DIDI-HUBERMAN, 2016, p. 38, grifo do autor). Os espaços potencializados a partir do Facebook são também ocupados por emoções que compõem as narrativas de si, que orientam percepções e interferem nos modos como nos apropriamos da linguagem.

## REFERÊNCIAS

- ALAMI M’CHICHI, Houria. **Genre et politique au Maroc**: les enjeux de l’égalité hommes-femmes entre islamisme et modernisme. Paris : L’Harmattan, 2002.
- BUTLER, Judith. **Quadros de guerra**: quando a vida é passível de luto? Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015.
- \_\_\_\_\_. **Precarious Life**. London: Verso, 2004.
- CAPAI, Elisa. **PI: cidade piloto do Bolsa Família retrata revolução na vida de mulheres**. Portal Terra, 2013. Disponível em: <<http://noticias.terra.com.br/brasil/pi-cidade-piloto-do-bolsa-familia-retrata-revolucao-na-vida-de-mulheres,bfd216bbd96c0410VgnVCM4000009bcceb0aRCRD.html>>. Acesso em: abr. 2016.
- CERTEAU, M. de. **A invenção do cotidiano**: artes de fazer. Tradução de Ephraim Ferreira Alves. Petrópolis: Vozes, 1998. 3ª ed.
- CUNHA, Eleonora. Participação política e o enfrentamento da questão social: o potencial dos conselhos de políticas e do orçamento participativo no Brasil. **Anais do VIII Congresso Luso-afro-brasileiro de Ciências Sociais**, 2004. Disponível em: <<http://www.ces.uc.pt/lab2004/pdfs/EleonoraCunha.pdf>>. Acesso em: mai. 2016.
- ESCANDE-GAUQUIÉ, Pauline. **Tous selfie! Pour quoi tous accro?**. Paris: Editions François Bourin, 2015.
- DIDI-HUBERMAN, Georges. **Que emoção! Que emoção?** São Paulo: Ed, 34, 2016.
- FORTES, Ana Carolina Magalhães. Batendo no que incomoda. **Revestrés**, Teresina, n. 18, ano 3, jan./fev. 2015.
- FRAISSE, Geneviève. **La sexuation du monde**: reflexions sur l’emancipation. Paris: Presses de Sciences Po, 2016.
- GUNTHERT, André. La consecration du selfie. **Études Photographiques**, 2015, v.32.
- HONNETH, Axel. **Qu’est-ce que la justice sociale ?** Reconnaissance et redistribution. Paris: La Découverte, 2005.
- LAZZARATO, Maurizio. **Signos, máquinas, subjetividades**. São Paulo: Sesc/n-1 edições, 2014.

- MARQUES, Ângela Cristina Salgueiro. **O processo deliberativo a partir das margens**: o programa Bolsa-Família na mídia e na fala das beneficiárias. Tese (Programa de Pós-graduação em Comunicação Social) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, MG, 2007.
- MARTINO, Luís Mauro Sá. **Minicurso Identidade, diferença e política nas mídias digitais**. Belo Horizonte: UFMG, 2015.
- MIGUEL, Luis Felipe; BIROLI, Flávia. **Feminismo e Política**. São Paulo: Boitempo, 2014.
- MOURA, Maria Aparecida; MANTOVANI, Camila Alves. Fluxos informacionais e agregação just-in-time: interações sociais mediadas pelo celular. **Revista TEXTOS de la CiberSociedad**, n. 6. 2005. Disponível em: <<http://www.cibersociedad.net/textos/articulo.php?art=74>>. Acesso em: mai. 2016.
- PERROT, Michelle. As mulheres ou os silêncios da história. Trad. Viviane Ribeiro. Bauru: EDUSC, 2005.
- REGO, Walquiria Leão; PINZANI, Alessandro. **Vozes do Bolsa Família**: autonomia, dinheiro e cidadania. São Paulo: Editora Unesp, 2013.
- SHIRAZI, Farid. Information and communication technology and women empowerment in Iran. **Telematics and Informatics**, v. 29, n. 1, p. 45-55, 2012.
- SOUZA, Jessé. **A invisibilidade da desigualdade brasileira**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2006.
- STROMER-GALLEY, J.; FOOT, K. A. Citizen perceptions of online interactivity and implications for political campaign communication. **Journal of Computer-Mediated Communication**, v. 8, n. 1, 2002.
- VIEIRA, Francisca das Chagas Cardoso. **O processo de subalternização das beneficiárias do programa Bolsa Família**. Monografia (Departamento de Serviço Social) – Universidade de Brasília, Brasília, DF, 2015. Disponível em: <[http://bdm.unb.br/bitstream/10483/10309/1/2015\\_FranciscadasChagasCardosoVieira.pdf](http://bdm.unb.br/bitstream/10483/10309/1/2015_FranciscadasChagasCardosoVieira.pdf)>. Acesso em: mai. 2016.